

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (semana de 18 a 22/05/2020):

1. FUNDO DE RECUPERAÇÃO PROPOSTA FRANCO-ALEMÃ	1
2. SEMESTRE EUROPEU RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS POR PAÍS	3
3. COMISSÃO ESTRATÉGIAS DE BIODIVERSIDADE E DO PRADO AO PRATO	4
Biodiversidade	4
Estratégia do Prado ao Prato	5
4. BREXIT	5
5. TRIBUNAL CONSTITUCIONAL ALEMÃO - DECISÃO SOBRE O BCE	6
6. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	6
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	6
Reunião por videoconferência dos Ministros da Educação	6
Reunião por videoconferência dos Ministros da Cultura	6
Reunião por videoconferência dos Ministros da Economia e Finanças	7
Reunião por videoconferência dos Ministros da Juventude	7
Reunião por videoconferência dos Ministros do Turismo	7
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. FUNDO DE RECUPERAÇÃO | PROPOSTA FRANCO-ALEMÃ

O Conselho Europeu do passado dia 23 de abril decidiu “trabalhar no sentido de criar um fundo de recuperação, que é necessário e urgente (...) deverá ter uma dimensão suficiente, estar direcionado para os setores e zonas geográficas da Europa mais afetados”. A Presidente da Comissão Europeia anunciou, no seu discurso na sessão plenária do PE da semana passada (cfr. Síntese n.º 39), que a proposta para a constituição desse fundo será apresentada no próximo dia 27 de maio.

Esta semana, teve lugar uma **iniciativa política** de grande relevância neste contexto, com a apresentação de uma Proposta da França e da Alemanha para um Fundo de Recuperação da crise do coronavírus.



Apesar de a atenção mediática ter sido centrada na parte da proposta que diz respeito ao **Fundo de Recuperação**, importa evidenciar que esta iniciativa abrange outros pontos importantes:

1. **Reforçar a soberania sanitária estratégica para uma “Estratégia de Saúde” da UE**, reforçando a indústria sanitária e reduzindo a atual dependência europeia, através do aumento das capacidades de I&D no domínio das vacinas e tratamentos, bem como a coordenação do financiamento a nível internacional (Iniciativa ACT-A). Por outro lado, propõe-se a criação de stocks estratégicos de produtos farmacêuticos e médicos, desenvolvendo a sua capacidade de produção na UE. Por outro lado, sugere-se a coordenação das políticas europeias de mercados públicos comuns para vacinas e tratamentos futuros, falando a uma só voz com a indústria farmacêutica

Finalmente, é sugerida a criação **de uma task-force da UE encarregue da saúde no seio do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças**, para elaborar planos de prevenção e de resposta face a futuras epidemias, bem como a definição de normas europeias de interoperabilidade de dados sanitários (e.g. metodologia harmonizadas para estatísticas comparáveis).

2. **Fundo de recuperação ambicioso ao nível da UE para a solidariedade e crescimento:** temporário e orientado, criado no contexto do próximo QFP 2021-27 e concentrado nos primeiros anos, autorizando a Comissão a financiar-se nos mercados:
 - o Fundo será **dotado de 500 mil milhões de euros para despesas orçamentais da UE para os setores e regiões mais afetados**, com base nos programas do QFP e de acordo com as prioridades da UE (resiliência económica, transição climática e digital);

- será um **complemento excecional, integrado na decisão relativa aos recursos próprios**, com um volume e prazo claramente identificados e com um plano de reembolso obrigatório para além do prazo QFP;
 - a fiscalidade equitativa permanece uma prioridade, nomeadamente uma taxa mínima efetiva nas empresas e uma tributação equitativa do digital, com base no trabalho da OCDE.
3. **Acelerar as transições climática e digital**, aumentando os objetivos de redução de emissões para 2030, com ênfase na proposta da Comissão para um mecanismo de ajustamento fronteiro de carbono e uma revisão da política de ajudas de Estado para incorporar uma dimensão ambiental e evitar as “fugas de carbono”. Além disso, propõe-se a introdução de um preço mínimo do carbono na no Sistema de Trocas de Emissões, alargando este último a todos os setores. Finalmente, encoraja-se a implementação do 5G e particular atenção à cibersegurança, à inteligência artificial e a uma regulação justa para as plataformas digitais na UE.
 4. **Aumentar a resiliência e a soberania económica e industrial da UE**, com novo impulso ao mercado interno. Aqui se inclui a diversificação das cadeias de valor e uma agenda comercial ambiciosa, com reforço dos mecanismos anti-subsvenção (de países terceiros), assegurar reciprocidade real nos mercados públicos com esses países e reforçar o controlo dos investimentos não europeus em setores estratégicos. Além disso, e naquilo que se poderia designar de uma aproximação à ideia de “campeões industriais europeus”, propõe-se adaptar a estratégia industrial europeia, nomeadamente em matéria de concorrência e adaptação da regras de ajudas de Estado, com a implementação de projetos importantes de interesse europeu comum, em que essas ajudas sejam permitidas.

A Comissão Europeia, que apresentará formalmente as suas propostas no dia 27 de maio, reagiu através de um comunicado da sua Presidente, em que considera a proposta **“*construtiva (...) e na mesma direção*”** que a Comissão está a trabalhar. Resta saber até que ponto a proposta da Comissão sobre o Fundo de Recuperação e QFP seguirá o teor desta iniciativa franco-alemã.

Com efeito, esta proposta franco-alemã permitiria alcançar os **2 biliões de euros da resposta à crise**: *540 mil milhões* do pacote do Eurogrupo (ESM, SURE e BEI, tratando-se de empréstimos), *500 mil milhões* do Fundo de Recuperação (subsvenções) e cerca de *1 bilião* de euros do QFP 2021-27 (de acordo com a última proposta discutida no Conselho Europeu).¹

Porém, ainda que pareça existir um apoio muito alargado no Conselho para um fundo de recuperação nestes termos, persistem posições distintas de alguns Estados-Membros (Áustria, Dinamarca, Países Baixos e Suécia). O Conselho Europeu será nos dias **18 e 19 de junho**.

¹ Note-se que, tanto no caso de instrumentos como o SURE, as linhas de crédito do BEI ou naquilo que se desenha para o Fundo de Recuperação o financiamento será feito através de dívida contraída pela Comissão nos mercados.

2. SEMESTRE EUROPEU | RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS POR PAÍS

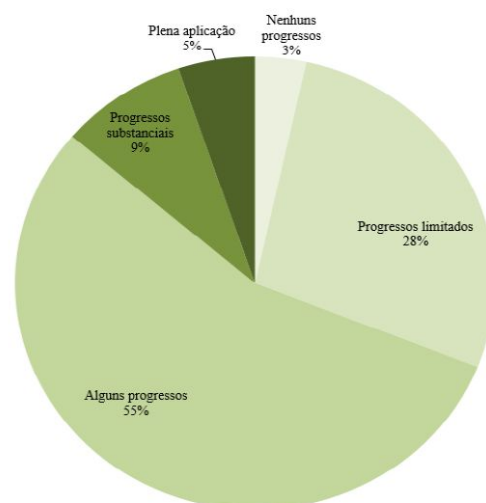
A Comissão propôs esta semana as [recomendações específicas por país \(REP\) no âmbito do semestre europeu](#), com [orientações](#) de [política económica](#) a todos os Estados-Membros da UE em torno de dois objetivos: i) a curto prazo, atenuar as graves consequências socioeconómicas negativas da pandemia causada pelo coronavírus e ii) a curto e médio prazos, alcançar um crescimento sustentável e inclusivo que facilite a transição ecológica e a transformação digital.

As [REP](#) assumem este ano uma natureza qualitativa, desviando-se dos requisitos orçamentais que seriam normalmente aplicáveis, pois têm em conta a ativação da [cláusula de derrogação geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento](#), ativada no âmbito da COVID-19. A secção de [Perguntas e respostas deste pacote da primavera do Semestre Europeu](#) identifica os traços gerais deste exercício.

Foram, ainda, adotados os [relatório por país do semestre europeu de 2020](#), onde se analisa a implementação das recomendações específicas por país no exercício anterior.

No caso de Portugal, o relatório está [disponível](#) e permite ter uma visão integrada dos [progressos realizados na implementação das recomendações entre 2011-2019](#), conforme consta do gráfico, bem como o grau de implementação das **quatro recomendações dirigidas ao país em 2019** (pp. 22 e 23 do relatório). Portugal registou progressos limitados na aplicação das recomendações que lhe foram dirigidas em 2019. A Comissão Europeia conclui que Portugal registou:

Gráfico 2.1: **Nível de implementação das recomendações específicas por país (REP) de 2011-2019**



- **Alguns progressos:** medidas para reduzir a segmentação do mercado de trabalho; Melhorar o nível de competências da população, em especial a sua literacia digital; aumentar o número de diplomados do ensino superior; investimento na transição energética e para uma economia hipocarbónica, tendo em conta as disparidades regionais; execução mais rápida das garantias associadas a empréstimos não produtivos, aumentando a eficiência dos processos de insolvência e de recuperação; Aumentar a eficácia dos tribunais administrativos e fiscais;
- **Progressos limitados:** qualidade das finanças públicas, com prioridade às despesas que promovem o crescimento económico, e à eficiência em termos de custos, especialmente na redução duradoura dos pagamentos em atraso nos hospitais; melhorar a sustentabilidade financeira das empresas públicas; melhorar a eficácia e a adequação da rede de proteção social; investimento na investigação e inovação, e nas infraestruturas ferroviárias e portuárias; Reduzir a carga administrativa e regulamentar que pesa sobre as empresas (licenciamento);
- **Não se registaram nenhuns progressos** na elaboração de um roteiro para reduzir as restrições nas profissões altamente regulamentadas.

Finalmente, e no que diz respeito [às recomendações específicas para Portugal](#) para 2020 e 21, a Comissão propõe:

1. **Adotar (...) todas as medidas necessárias para combater eficazmente a pandemia, sustentar a economia e apoiar a recuperação subsequente. (...) Reforçar a resiliência do sistema de saúde e assegurar a igualdade de acesso a serviços de qualidade na área da saúde e dos cuidados de longa duração.**
2. **Apoiar o emprego e atribuir prioridade às medidas que visem preservar os postos de trabalho.** Garantir uma proteção social suficiente e eficaz, bem como o **apoio aos rendimentos**. Apoiar a utilização das **tecnologias digitais**, a fim de assegurar a igualdade de acesso a um ensino e formação de qualidade e reforçar a competitividade das empresas.
3. Implementar **medidas temporárias destinadas a proporcionar o acesso à liquidez por parte das empresas, em especial pequenas e médias empresas. Antecipar a realização de projetos de investimento público robustos e promover o investimento privado para estimular a recuperação económica.** Focalizar o investimento na transição ecológica e digital, em especial na produção e utilização eficientes e não poluentes da energia, bem como nas infraestruturas ferroviárias e na inovação.
4. Aumentar a **eficiência dos tribunais administrativos e fiscais.**

As recomendações deverão ser adotadas no Conselho Europeu de 18 e 19 de junho.

3. COMISSÃO | ESTRATÉGIAS DE BIODIVERSIDADE E DO PRADO AO PRATO

A Comissão Europeia [adotou](#) esta semana a nova [Estratégia de Biodiversidade com o objetivo de trazer a natureza de volta às nossas vidas](#), e a [Estratégia do Prado ao Prato \(Farm to Fork\) em defesa de um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente](#). As duas estratégias reforçam-se mutuamente, reunindo a natureza, os agricultores, as empresas e os consumidores para trabalharem em conjunto com vista a um futuro sustentável e competitivo, em conformidade com o [Pacto Ecológico Europeu](#).

Biodiversidade

A [nova Estratégia de Biodiversidade](#) aborda os principais fatores da perda de biodiversidade, como a utilização insustentável das terras e dos mares, a sobre-exploração dos recursos naturais, a poluição e as espécies exóticas invasoras. As [principais perguntas e respostas](#) estão disponíveis, sendo que [esta estratégia propõe](#) objetivos vinculativos para restaurar ecossistemas degradados e rios, melhorar o estado das espécies e dos habitats protegidos da UE, fazer regressar os polinizadores aos terrenos agrícolas, reduzir a poluição, tornar as nossas cidades mais ecológicas, reforçar a agricultura biológica e outras práticas agrícolas respeitadoras da biodiversidade e melhorar o estado das florestas europeias. Propõe medidas concretas para colocar a biodiversidade da Europa na **via da recuperação até 2030**, incluindo transformar pelo menos 30 % das terras e dos mares da Europa em zonas protegidas geridas de forma eficaz e repor elementos paisagísticos de grande diversidade em, pelo menos, 10 % da superfície agrícola.

Estratégia do Prado ao Prato

A [Estratégia do Prado ao Prato](#) permitirá a transição para um sistema alimentar sustentável na UE, que salvguarde a segurança alimentar e garanta o acesso a alimentos saudáveis com origem num planeta saudável. As [perguntas e respostas](#) identificam as principais questões, nomeadamente a redução da pegada ambiental e climática do sistema alimentar da UE e o reforço da sua resiliência. São estabelecidos objetivos concretos para transformar o sistema alimentar da UE, incluindo uma **redução de 50 % da utilização e do risco dos pesticidas**, uma redução de, pelo menos, **20 % da utilização de fertilizantes**, uma **redução de 50 % nas vendas de agentes antimicrobianos** para animais de criação e de aquicultura, bem como atingir uma taxa de cobertura de 25 % das terras agrícolas sob produção biológica.

4. BREXIT

O Governo britânico publicou esta semana os seus [textos negociais sobre a relação futura](#), desagregados pelos vários setores. O negociador britânico, David Frost, [enviou uma carta](#) ao negociador-chefe da UE, Michel Barnier, referindo que esta publicação visa trazer clareza ao diálogo, mitigando mal entendidos em torno de três pontos: **i)** o Reino Unido almeja um **Acordo de Livre Comércio (ALC)**, criticando aquilo que considera ser exigências adicionais por parte da UE; **ii)** manifestar surpresa por aquilo que entende ser a **indisponibilidade da UE em replicar disposições de ALCs anteriores** (Canadá, Austrália, Nova Zelândia); **iii)** sobre o *level playing field*, reitera-se que o RU está a seguir o que entende ser o disposto na Declaração Política, e que se alinha com **as práticas em vigor para outros ALCs** neste domínio. Conclui que *“Neste momento, o que está em cima da mesa não é uma relação comercial livre entre parceiros económicos próximos, mas um acordo comercial de baixa qualidade com uma supervisão sem precedentes da UE sobre as leis e instituições britânicas”*.

A resposta de Michel Barnier está, igualmente, [disponível](#) e organiza-se em três pontos: **i)** A UE e o RU acordaram, em outubro de 2019, uma Declaração Política e esse é o único precedente que a UE está a seguir, afirmando que, *“do mesmo modo que a UE não aceita benefícios seletivos do mercado interno sem as correspondentes obrigações, também não aceitamos uma escolha casuística de disposições de acordos anteriores”*. **ii)** sobre o *level playing field*, afirma que *“o Reino Unido não pode esperar acesso de alta qualidade ao mercado interno se não está preparado para aceitar garantias para assegurar que a concorrência permanece aberta e justa”*. **iii)** sobre as questões de alinhamento legal e cooperação judicial, refere que *“a UE nunca antes ofereceu um acordo tão próximo nestes domínios com qualquer outro país terceiro fora do Espaço Schengen”*, sendo que algumas das exigências do RU (e.g. acesso às bases de dados UE/Schengen) implicam obrigações que os próprios Estados-Membros têm de observar.

Esta semana ficou ainda marcada pelo [editorial publicado](#) pelo anterior conselheiro europeu de Theresa May, em que advoga uma solução jurídica inovadora para criar um período de transição alargado além de 31.12.2020, sem que nenhuma das partes o solicite explicitamente.

5. TRIBUNAL CONSTITUCIONAL ALEMÃO - DECISÃO SOBRE O BCE

No seguimento do [acórdão](#) do Tribunal Constitucional (TC) Federal alemão relativo ao [Public Sector Purchase Programme \(PSPP\)](#)² do Banco Central Europeu (BCE) (cfr. [Síntese n.º 38](#)), o debate a nível europeu tem continuado. Sugerimos a consulta, por exemplo, deste [fórum de debate sobre matérias constitucionais](#), onde se publicou esta semana uma [análise relativa aos debates constitucionais no Parlamento finlandês](#) sobre as propostas de resposta à COVID-19.

No próximo dia 8 de junho, a **Comissão de Assuntos Económicos e Monetários do PE terá um diálogo monetário com a Presidente do BCE, Christine Lagarde**, onde se espera um debate sobre as implicações e a possível resposta do BCE a estas questões. Nesse âmbito, o PE disponibilizou um [estudo sobre o BCE e o seu mandato](#), realizado por um painel de 5 peritos.

6. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Os serviços de pesquisa do PE têm desenvolvido um intenso trabalho de investigação sobre os desafios da transição digital e da tecnologia. Destacamos os mais recentes relacionados com inteligência artificial, pela sua relevância:

- [The ethics of artificial intelligence: Issues and initiatives](#)
- [What if we could fight coronavirus with artificial intelligence? \(Podcast\)](#)
- [What if smartphones could help contain COVID-19?](#)

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião por videoconferência dos Ministros da Educação

Realizada a [18 de maio](#), debateu as etapas e o calendário para a reabertura de instituições de formação e educação, as medidas sanitárias e de higiene, a organização de exames e acesso ao ensino superior, as condições para o início do próximo ano académico e a mobilidade na UE. No final da reunião, a Presidência croata publicou uma síntese com os [resultados da reunião](#).

Reunião por videoconferência dos Ministros da Cultura

Os Ministros reuniram-se no dia [18 de maio](#) e centraram o debate em dois temas: i) quais os passos que os Estados-Membros irão tomar de seguida? ii) quais as principais lições para o setor cultural e criativo desta crise? Existe consenso para aplicar a máxima flexibilidade na implementação do programa Europa Criativa e o seu financiamento pós-2020, sugerindo-se a inclusão de medidas de apoio a este setor nos planos de recuperação da UE.

² Programa de compra de ativos do setor público em mercados secundários, disponível [aqui](#).

Reunião por videoconferência dos Ministros da Economia e Finanças

Teve lugar a [19 de maio](#), tendo os ministros debatido os progressos nas medidas de resposta tomadas pela UE para fazer face à crise da COVID-19 e registado a aprovação, por procedimento escrito, do regulamento relativo ao apoio temporário para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência (SURE). Além disso, houve uma discussão como se poderá melhorar ainda mais o [quadro existente em matéria de luta contra o branqueamento de capitais](#), em especial a melhor forma de alcançar um conjunto de regras harmonizadas e quais os domínios e setores que valeria a pena incluir no âmbito de aplicação de um regulamento.

Reunião por videoconferência dos Ministros da Juventude

Reuniram-se a [19 de maio](#), dedicada à análise de dois temas: **i)** De que forma veio a COVID-19 afetar o acesso dos jovens aos serviços (inclusive de saúde e aconselhamento), às ferramentas digitais, à participação cívica e às oportunidades de emprego? **ii)** Que medidas podem ser tomadas a nível nacional e da UE para apoiar o setor da juventude nas áreas afetadas pela pandemia de COVID-19? Foram identificadas ações para ajudar os jovens a lidar com as consequências da pandemia. e.g. a maior flexibilidade na execução dos programas Erasmus+ e do Corpo Europeu de Solidariedade; incluir as políticas e medidas relacionadas com a juventude nas iniciativas de recuperação lançadas pela UE; prestar assistência a grupos mais vulneráveis, como os jovens oriundos de meios desfavorecidos ou os que vivem em zonas remotas e rurais.

Reunião por videoconferência dos Ministros do Turismo

Realizou-se a [20 de maio](#), com uma troca de impressões sobre a **melhor forma de implementar as recomendações da Comissão sobre o levantamento de restrições**. Os Ministros encorajaram a Comissão a concretizar a sua intenção de criar um website interativo para disponibilizar informação em tempo real sobre as condições e medidas em vigor em cada Estado-Membro relativamente ao turismo. Além disso, ficou expresso o apelo a que o plano de recuperação da UE contemple medidas específicas para o turismo.

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada a uma [sessão plenária extraordinária no dia 27 de maio](#) para [debater com Ursula von der Leyen as novas propostas sobre o orçamento de longo prazo da UE e o plano de recuperação](#).

Na quarta-feira de manhã, o presidente do PE, David Sassoli, e os líderes dos grupos políticos vão **reunir-se à distância com a chanceler alemã, Angela Merkel, para discutir as prioridades da presidência alemã do Conselho da UE**, que terá início no dia 1 de julho e que será seguida pela presidência portuguesa, em 1 de janeiro de 2021. A reunião da Conferência dos Presidentes do PE realiza-se das 11h00 às 12h45 e contará também com a participação remota do ministro alemão das Finanças, Olaf Scholz, e do ministro dos Negócios Estrangeiros, Heiko Maas. Às 15h15, os líderes do PE têm encontro marcado **com o presidente do Bundestag (parlamento federal alemão), Wolfgang Schäuble**.

Na quinta-feira de manhã, a Conferência de Presidentes reunirá com Michel Barnier, para debater os últimos desenvolvimentos nas negociações sobre a futura parceria entre a UE e o RU..

Comissão Europeia

A próxima reunião formal do Colégio [agendada para 27 de maio](#), e deverão ser adotadas as propostas de *Fundo de Recuperação Económica*, de *proposta revista para o próximo QFP 2021-27*, bem como da *atualização do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, incluindo o da próxima [semana](#). Reuniões:

- 26 de maio de 2020: [Videoconferência dos ministros dos Assuntos Europeus](#)
- 29 de maio de 2020: [Videoconferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros](#)
- 29 de maio de 2020: [Videoconferência dos Ministros da Investigação](#)
- 29 de maio de 2020: [Videoconferência dos ministros responsáveis pelo Espaço](#)

Bruxelas | 22 de maio de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).